



Fecomércio PE

Sesc | Senac

Instituto Fecomércio

Boletim Conjuntural
Junho | 2018

Boletim Conjuntural

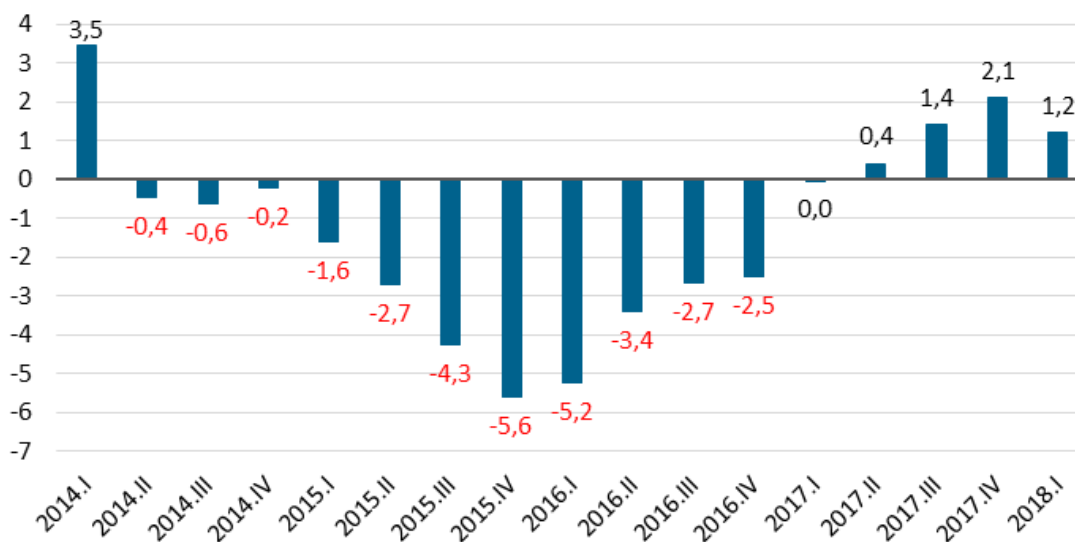
Junho | 2018

1. CONJUNTURA NACIONAL

O trabalho de acompanhamento da economia brasileira, com base em dados sobre a evolução do PIB trimestral, materializado na série de boletins conjunturais da Fecomércio, deixa evidente o quão difícil vem sendo a trajetória do País, desde 2014. De fato, o quadro retratado no **Gráfico 1** atesta que o contínuo declínio da produção de bens e serviços é fato incontestado, desde o 2º trimestre de 2014 até o último trimestre de 2016, ao que se sucede estagnação no primeiro trimestre de 2017. São, portanto, três anos seguidos em que a economia brasileira

não experimenta crescimento. Quando se consideram dados anuais, o resultado agregado é de crescimento de apenas 0,5% em 2014 (praticamente, estagnação), seguido de acentuado declínio: -3,8% em 2015 e -3,6% em 2016. O ano de 2017 sugere recuperação, mas com quadro que se aproxima de estagnação nos dois primeiros trimestres (0,0% e 0,4% - respectivamente), ao que se seguem variações positivas de 1,4% no 3º trimestre e 2,1% no último trimestre do mesmo ano.

Gráfico 1 - Brasil: taxa de variação real do PIB, em % - 1º trimestre de 2014 a 1º trimestre 2018 (base: mesmo período do ano anterior)



Fontes: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

O crescimento observado no 1º trimestre de 2018 (1,2% – inferior ao do 3º trimestre de 2017) frustra o ritmo da recuperação, depois de uma modesta expansão (1,0%) revelada pelo indicador anual consolidado para 2017.

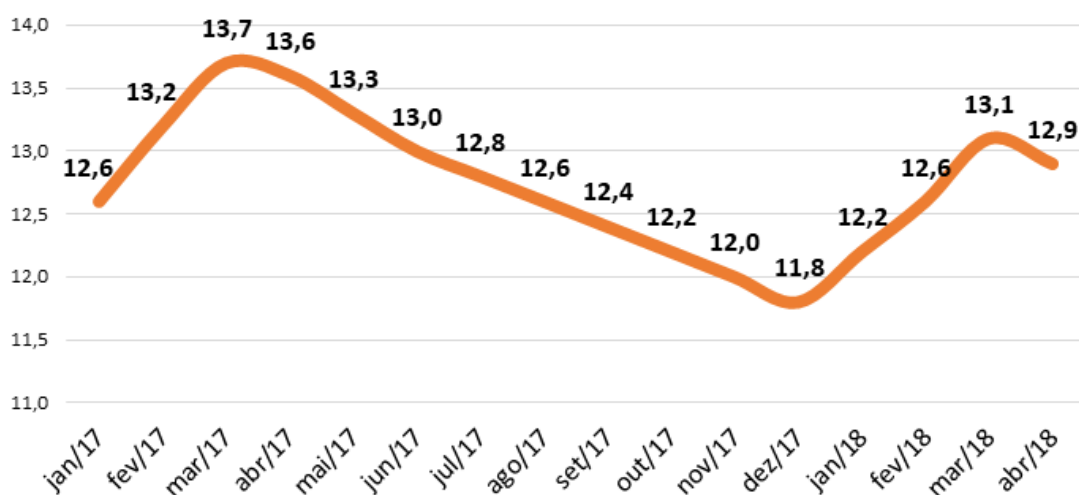
Com efeito, havia expectativas de que a economia do País viesse a assumir uma trajetória sustentável de recuperação, com crescimento econômico mais significativo. Tanto é que o Boletim Focus do Banco Central (02/03/2018), por exemplo, projetava uma elevação de 2,90% do PIB em 2018 – quase o triplo do crescimento observado em 2017. Contudo indicadores observados ao longo do primeiro trimestre de 2018 foram consolidando expectativas menos otimistas com respeito à recuperação da economia brasileira. O IBC-BR, indicador elaborado pelo Banco Central, que opera como prévia do PIB, revela, mês a mês, uma trajetória declinante: 2,9% em janeiro; 0,5% em fevereiro; e -0,7% em março (valor em cada mês, comparativamente ao de cada correspondente mês do ano anterior). O resultado calculado para o primeiro trimestre de 2018 é compatível com essas variações, isto é, crescimento de apenas 1,2% em relação ao mesmo período de 2017. Reitere-se que a trajetória de crescente crescimento trimestral observada no ano passado modifica-se no início deste ano – de uma variação de 2,1% no último trimestre do ano passado, passa-se à já referida variação de apenas 1,2% no primeiro trimestre de 2018 (novamente, **Gráfico 1**). Um resultado bem abaixo da expectativa que prevalecia ao final do ano passado.

Destaque-se que a economia brasileira, que já vinha apresentando evidências de resultados muito aquém das expectativas, também sofrerá influência negativa do movimento grevista do setor de transporte rodoviário de cargas, no final do mês de maio, que abalou a economia nacional. Em suma, o impacto de tais contingências sobre o futuro próximo da economia foi severo: de um crescimento esperado de 3% (ou até mais), atualmente estima-se para 2018 um crescimento abaixo de 2%.

Em linha com a evolução da economia nacional, o mercado de trabalho também não vem evoluindo de forma positiva nos últimos trimestres, a despeito de alguma melhora no trimestre encerrado em abril. Informações recentes da PNAD Contínua/IBGE mostram que no último trimestre pesquisado (fev-mar-abr de 2018) a taxa de desemprego declinou de 13,1% para 12,9%, depois de ter atingido um nível mínimo de 11,8% no último trimestre de 2017 – ver **Gráfico 2**. Isto é, depois de uma sistemática redução do desemprego entre março e dezembro do ano passado, a taxa de desocupação volta a crescer nos meses seguintes, declinando um pouco no trimestre móvel encerrado em abril deste ano.

Entretanto chame-se atenção que, em parte, a alta taxa de desemprego é influenciada pelo aumento da população economicamente ativa, que passou de 103,3 milhões de pessoas em abril de 2017 para 104,1 em abril de 2018 – um crescimento absoluto de 800 mil pessoas. Em contraposição, o número de **pessoas ocupadas** no trimestre encerrado em abril de 2018 (90,7 milhões) é mais alto do que o observado no trimestre correspondente de 2017 (88,2 milhões).

Gráfico 2 - Brasil: taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral), em % - janeiro/2017 a abril/2018



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Por outro lado, informações do Ministério do Trabalho (CAGED) revelam um número de admissões em postos formais de trabalho expressivamente superior ao de demissões, no resultado acumulado do ano de 2018 – saldo positivo de mais de trezentos mil empregos, como indicado na **Tabela 1**. Significa que a economia formal, mesmo ainda longe de voltar

aos bons tempos de expressiva geração de novos postos de trabalho, contribui para ampliação de ocupações, o que leva a expansão da massa de salários. Reitere-se que esse movimento ocorre, ao mesmo tempo em que se observa uma elevada taxa de desemprego, influenciada pelo maior crescimento da força de trabalho.

Tabela 1 - Brasil: saldo da movimentação do emprego formal janeiro-abril/2017, abril/2018 e janeiro-abril/2018

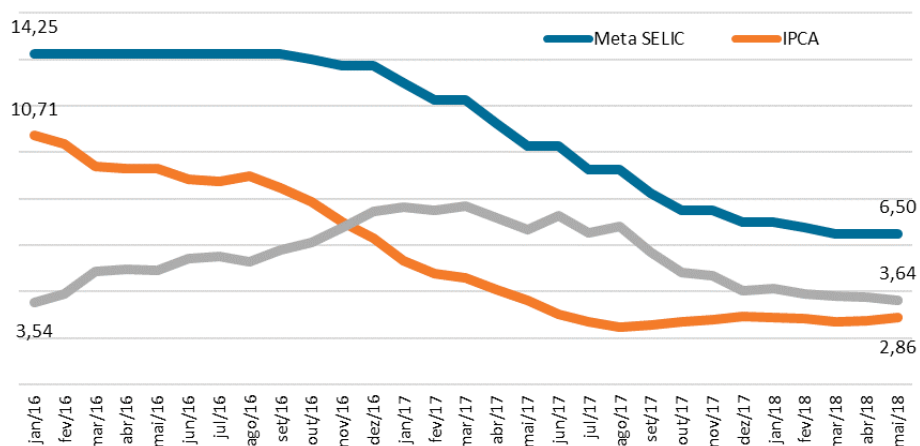
SUBSETOR	JAN/17-ABR/17	ABR/18	JAN/18-ABR/18
Agropecuária	32.548	1.591	-2.560
Indústria Extrativa	-670	720	1.050
Indústria de Transformação	34.598	24.108	101.369
Química	10.877	8.763	17.485
Elétricos e Comunicação	2.802	-451	4.229
Outras	20.919	15.796	79.655
SIUP	2.395	581	3.089
CONSTRUÇÃO	-18.958	14.394	37.324
Comércio	-106.320	9.287	-66.555
Serviços	75.609	64.237	248.916
Transportes e Comunicações	4.300	14.837	26.206
Adm, técnicos e profissionais	9.997	16.461	75.845
Alojamento e Alimentação	-10.084	11.495	29.751
Saúde	18.087	10.914	33.329
Outros serviços	53.309	10.530	83.785
Administração Pública	16.140	980	14.222
Total	35.342	115.898	336.855

Fonte: Caged/MTE. (*) Saldo ajustado, considerando as informações de movimentação fora do prazo até abril/2017.

Inflação é outro importante aspecto a ser considerado. O IPCA, levando em conta o valor acumulado em 12 meses, mantém-se abaixo do limite inferior da meta do Banco Central – estabelecido em 3,0%. De fato, em maio de 2018 esse indicador alcançou 2,86% – **Gráfico 3**. Esse baixo patamar de inflação, sem dúvida, permite que se mantenha uma taxa de juros (SELIC) também em patamar baixo para o padrão brasileiro. O que, em princípio, contribuiria para uma retomada mais significativa dos investimentos, do consumo das famílias, e para redução dos encargos da dívida pública.

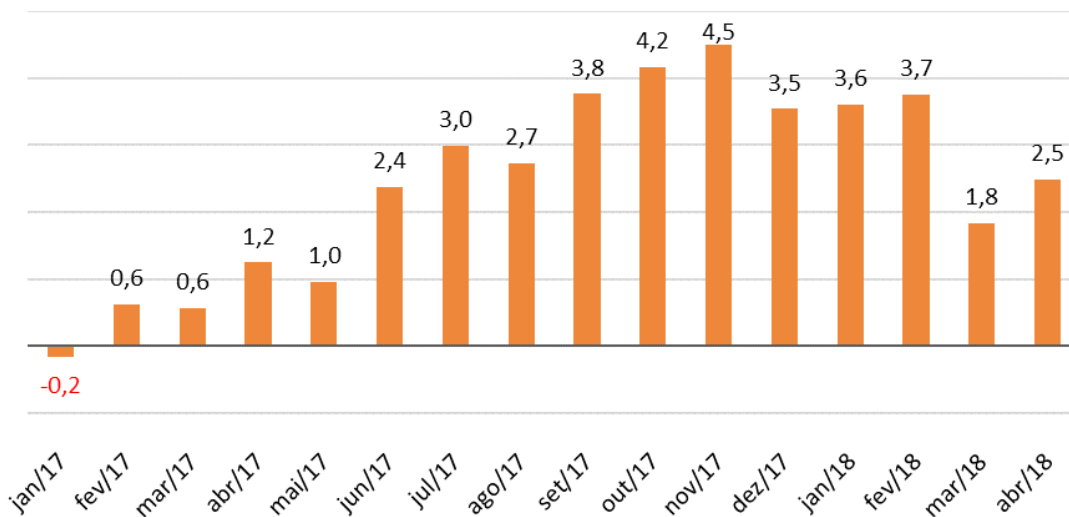
A permanência das trajetórias de recuo significativo da inflação e de alguma recuperação do mercado de trabalho atua no sentido de ampliar a massa real de salário, o que fortalece o potencial de consumo das famílias, componente que vem tendo papel importante na recente recuperação da economia – mesmo em ritmo abaixo do esperado. Nesse sentido, ressalte-se que a massa real de salários – fator básico para o aumento do consumo familiar – cresce continuamente desde o segundo mês de 2017 (ver **Gráfico 4**), conforme dados do IBGE. O decorrente fortalecimento do poder de compra das famílias fundamenta a recuperação do volume de vendas no varejo.

Gráfico 3 - Brasil: Meta SELIC, IPCA acumulado em 12 meses e SELIC real, em % janeiro/2016 a maio/2018



Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Gráfico 4 - Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, em % - janeiro/2017 abril/2018 (base: mesmo período no ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: O indicador é a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho; é calculada considerando-se o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente por uso do deflator (IPCA) do mês intermediário.

Em síntese, os indicadores econômicos continuam – nos meses iniciais de 2018 (janeiro a abril) – apontando para elevação do PIB, todavia em um ritmo bastante abaixo do crescimento que se previa ao final do ano passado. Como referido, um crescimento econômico inferior a 2%; portanto uma variação não muito acima do modesto desempenho do PIB de 2017.

Comércio varejista: desempenho mantém-se positivo em 2018

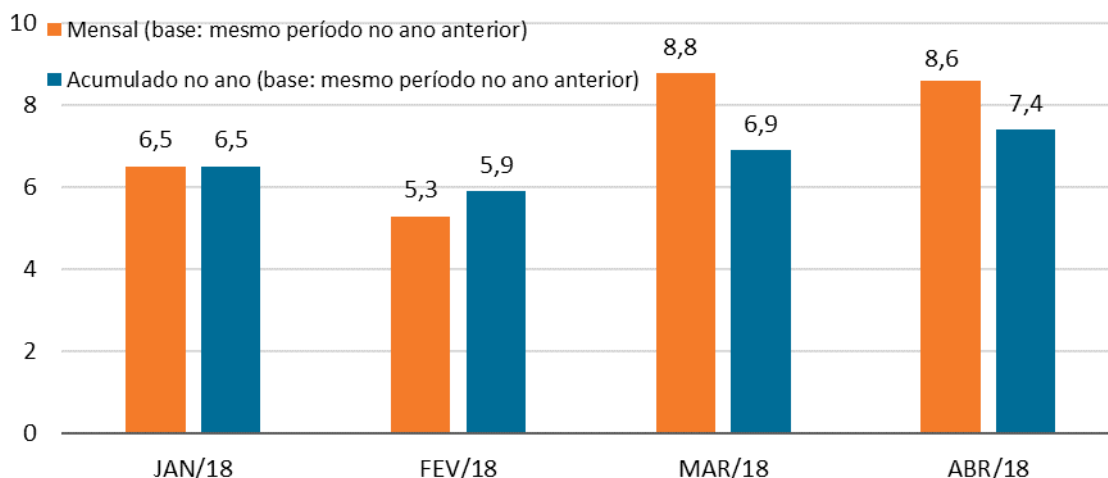
A evolução mensal e o indicador acumulado do ano do volume de vendas do **varejo ampliado** – agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o comércio varejista propriamente dito – são apresentados no **Gráfico 5**; no **Gráfico 6**, a trajetória mensal e o indicador acumulado do ano, do **varejo restrito**.

Nota-se que o volume de vendas do varejo ampliado no País cresce nesses meses iniciais de 2018 – janeiro, fevereiro, março e abril – em comparação com o desempenho

dos mesmos meses de 2017; inclusive com melhor desempenho nos dois últimos meses, respectivamente 8,8% e 8,6%. Esse desempenho recente é explicado, fundamentalmente, pelo segmento de veículos, cujo volume de vendas cresce acima da média. No que diz respeito ao desempenho acumulado do ano (janeiro a abril), em cotejo com o mesmo período do ano anterior, as variações são todas igualmente positivas: 6,5% em janeiro; 5,9% em fevereiro; 6,9% em março; e 7,4% em abril.

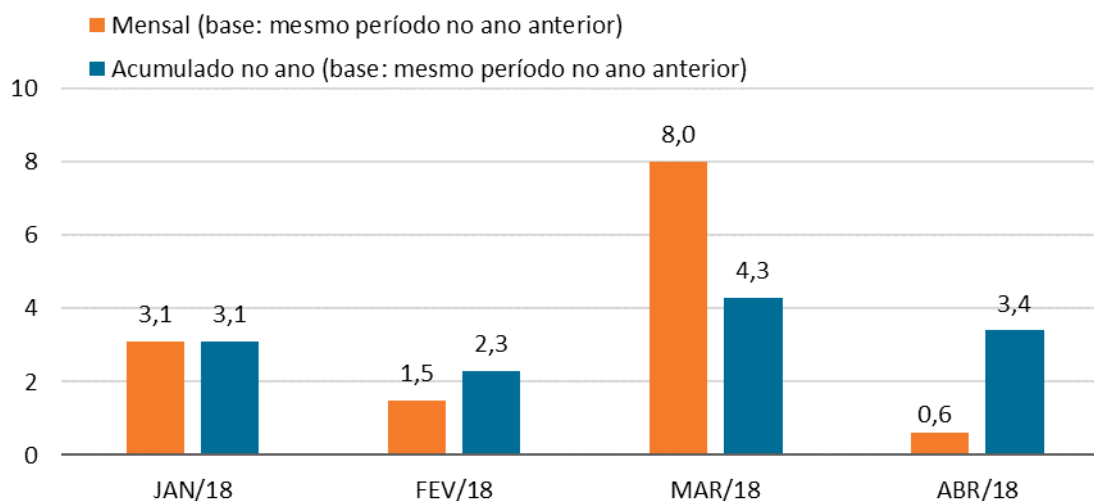
Destaque-se que quando a análise é focada no varejo propriamente dito, ou seja, sem a inclusão dos segmentos de veículos e material de construção, o desempenho continua positivo, tanto no resultado mensal quanto no acumulado (**Gráfico 6**). Contudo pode-se observar que em abril tem-se a menor variação positiva no resultado mensal e que o desempenho acumulado do ano declina entre março e abril – de 4,3% para 3,4%. Pode-se, no entanto, concluir que, no geral, o comércio varejista continua apresentando desempenho positivo nos meses iniciais de 2018.

Gráfico 5 - Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Varejo Ampliado, em % - janeiro/2018 a abril/2018



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Gráfico 6 - Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista, em % - janeiro/2018 a abril/2018



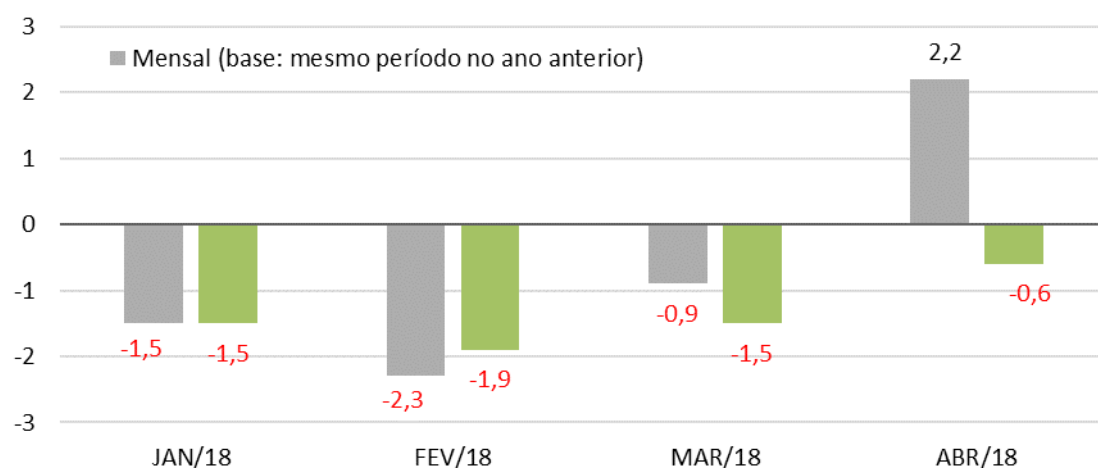
Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Serviços: em 2018, permanece em declínio o resultado acumulado no ano

Observa-se, no setor de prestação de serviços, em abril de 2018, o primeiro resultado positivo do ano (2,2%) considerado o indicador mensal. Contudo o índice acumulado do ano (janeiro a abril) continua apresentando desempenho

negativo em todos os meses, embora se perceba, a partir de fevereiro – ver Gráfico 7 – uma trajetória de variações negativas de menor intensidade: -1,9% em fevereiro; -1,5% em março; e -0,6% em abril. Todavia seria precipitado se esperar que tal evolução represente tendência à entrada no campo de variações positivas.

Gráfico 7 - Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de Serviços, em % - janeiro/2018 a abril/2018



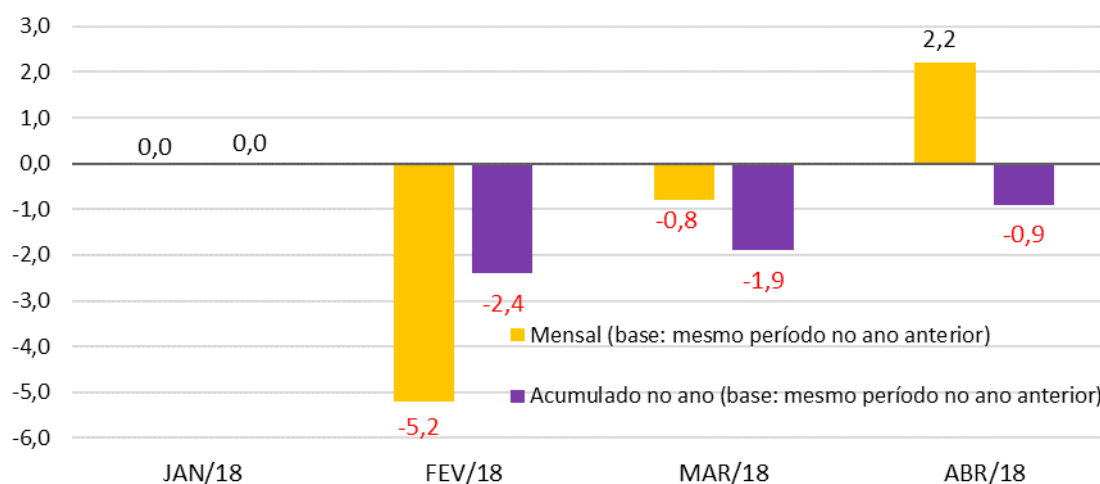
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

Volume de atividades turísticas, em 2018, continua em queda

O conjunto de atividades que compõem os serviços de Turismo também vem registrando, em 2018, variações negativas. De forma análoga ao observado no setor de serviços como um todo, verifica-se em abril de 2018 o primeiro resultado positivo do ano (2,2%), pelo indicador mensal. Entretanto o índice acumulado do ano

(janeiro a abril) continua com desempenho negativo em todos os meses, com exceção do mês de janeiro, quando houve estabilidade (variação de 0,0%), conforme ilustrado no **Gráfico 8**: -2,4% em fevereiro; -1,9% em março; e -0,9% em abril. Isto é, o volume de serviços prestados no segmento de turismo permanece negativo de acordo com o resultado agregado deste ano (janeiro a abril).

Gráfico 8 - variação mensal e variação acumulada em 12 meses do volume de serviços nas Atividades Turísticas, em % - janeiro/2018 a abril/2018



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

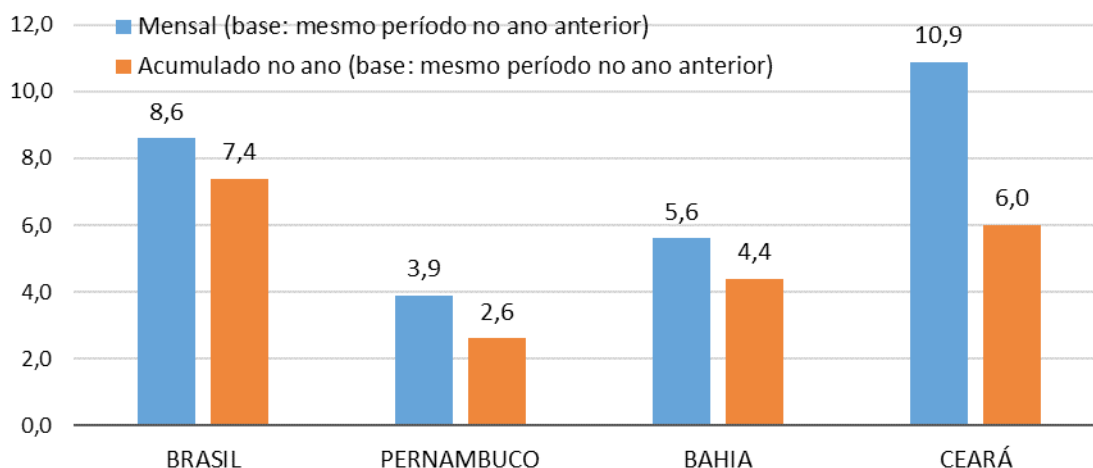
2. DESEMPENHO DO COMÉRCIO VAREJISTA E DOS SERVIÇOS EM ABRIL DE 2018: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

Os desempenho, mensal e acumulado, em 2018, do comércio varejista de Pernambuco, no contexto regional e nacional, está ilustrado nos **Gráficos 9 e 10**, respectivamente, para o varejo ampliado e o restrito. Trata-se de dados relativos aos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará; ademais, o resultado agregado para o País.

Saliente-se que a variação do volume de vendas do **varejo ampliado** segue positiva em Pernambuco, tanto no desempenho mensal (3,9%), quanto no acumulado do ano (2,6%) – janeiro a abril – mas inferior ao desempenho médio do País (8,6% na variação mensal e 7,4% na acumulada do ano). Além disso, o desempenho do varejo ampliado pernambucano situa-se abaixo do observado na Bahia e no Ceará, em ambos os indicadores (mensal e acumulado).

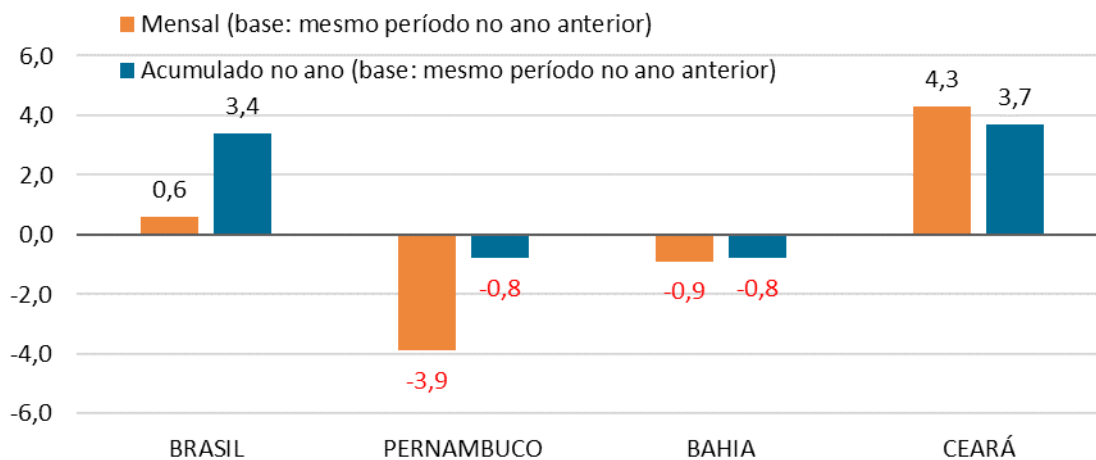
No que diz respeito ao varejo propriamente dito – retirados os segmentos de veículos e construção – o desempenho de Pernambuco é negativo (-3,9% no mensal e -0,8% no acumulado do ano). Como se observa no **Gráfico 10**, é um resultado bem abaixo do verificado para o País: crescimento mensal de 0,6% e de 3,4% no índice acumulado do ano. Portanto conclui-se que o desempenho do varejo restrito pernambucano convive com resultados insatisfatórios nesse primeiro quadrimestre de 2018, em confronto com igual período de 2017. No varejo ampliado, o bom desempenho do segmento de veículos explica o desempenho positivo do conjunto, embora abaixo do desempenho dos demais territórios considerados neste Boletim.

Gráfico 9 - Brasil, PE, BA e CE: variação mensal e acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista Ampliado, em % - janeiro-abril2018 (base: mesmos períodos/2017)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Gráfico 10 - Brasil, PE, BA e CE: variação mensal e acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista, em % - janeiro-abril2018 (base: mesmos períodos/2017)

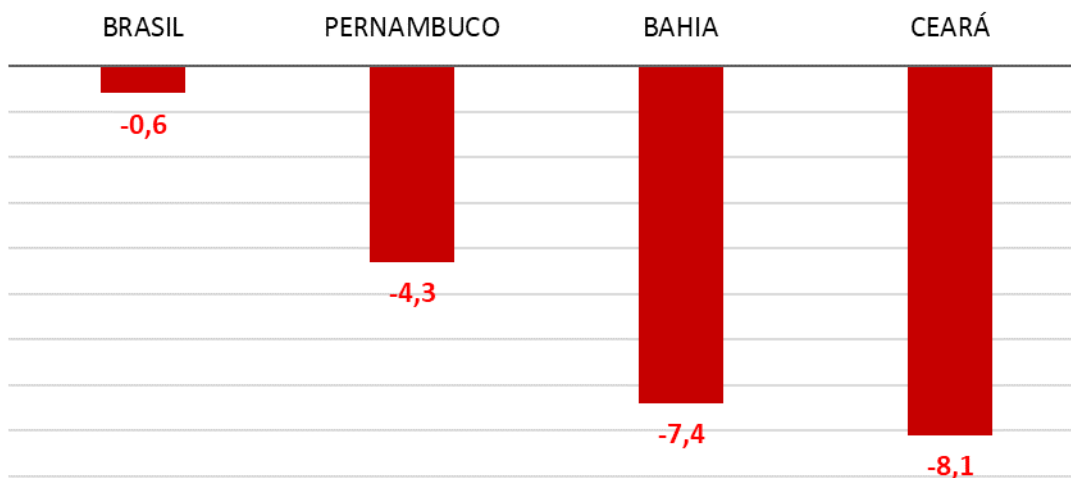


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

O desempenho acumulado do ano (janeiro a abril) do setor de serviços é ilustrado no **Gráfico 11**. Percebe-se que o volume de serviços prestados em Pernambuco continua negativo (-4,3%), um desempenho inferior ao observado no País (-0,6%). Contudo na Bahia e no Ceará, os declínios

são ainda maiores (-7,4% e -8,1%, respectivamente) do que o registrado em Pernambuco. Em síntese, o segmento de serviços continua apresentando resultados negativos, com diferenças de intensidade, em todos os espaços econômico-territoriais considerados na análise.

Gráfico 11 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal e acumulada no ano do volume de Serviços, em % abril e acumulada do ano/2018 (base: mesmos períodos/2017)

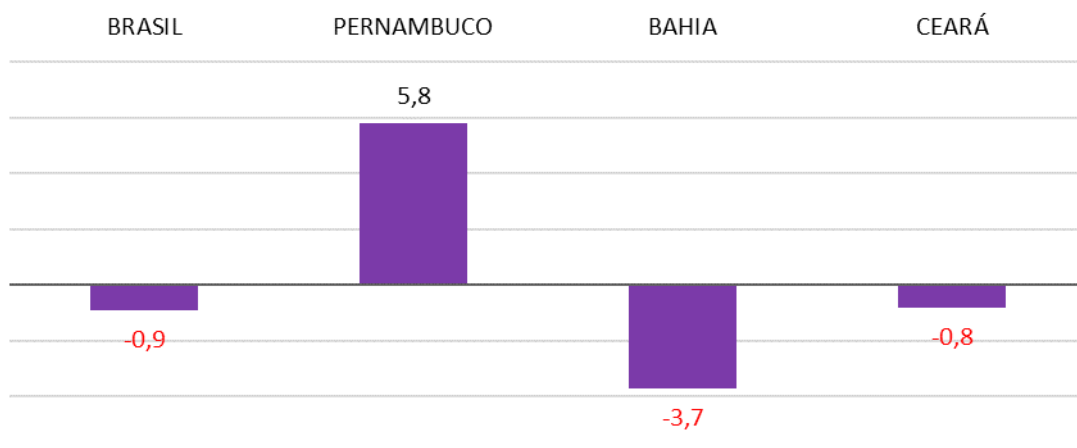


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Particulariza-se agora o segmento de turismo também considerando-se os três principais estados nordestinos no contexto do Brasil, como apresentado no **Gráfico 12**. Percebe-se que, de acordo com o indicador acumulado do ano de 2018 (janeiro a abril), relativamente ao mesmo período do ano passado, Pernambuco continua registrando desempenho positivo (5,8%) e

bastante diferenciado, em contraposição ao País como um todo (-0,9%) e aos estados do Ceará (-0,8%) e da Bahia (-3,7%). Portanto o desempenho observado no primeiro quadrimestre de 2018, no âmbito do turismo pernambucano, continua sendo bastante diferenciado em relação aos demais territórios considerados no Boletim.

Gráfico 12 - Brasil, PE, BA e CE: variação acumulada no ano do volume de Atividades Turísticas, em % - janeiro-abril/2018 (base: janeiro-abril/2017)

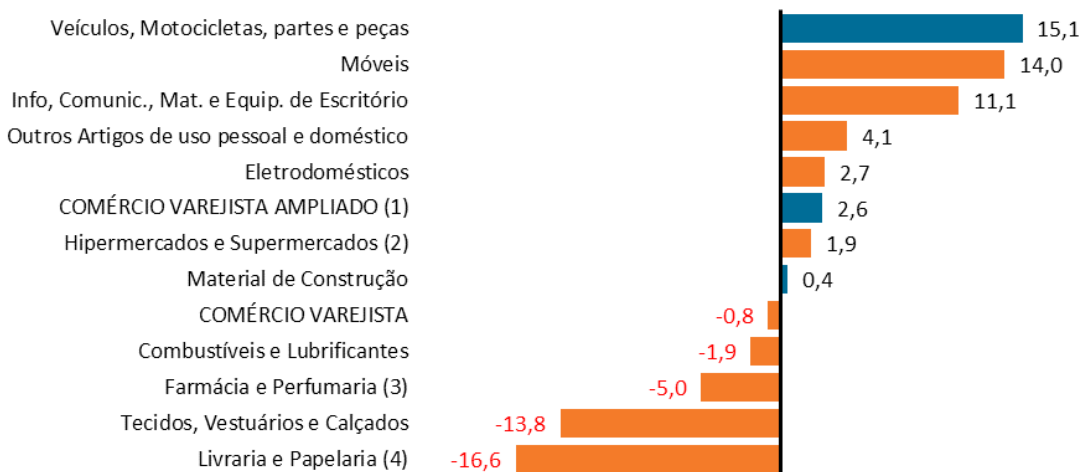


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

3. COMÉRCIO E SERVIÇOS EM PERNAMBUCO: DESEMPENHO DOS SEGMENTOS DE ATIVIDADE

O Gráfico 13 traz informações sobre o volume de vendas, no acumulado de 2018 (janeiro-abril), referentes a cada um dos onze segmentos do varejo, comparativamente ao mesmo período de 2017.

Gráfico 13 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de vendas por Segmento do Comércio Varejista, em % - janeiro-abril/2018 (base: janeiro-abril/2017)

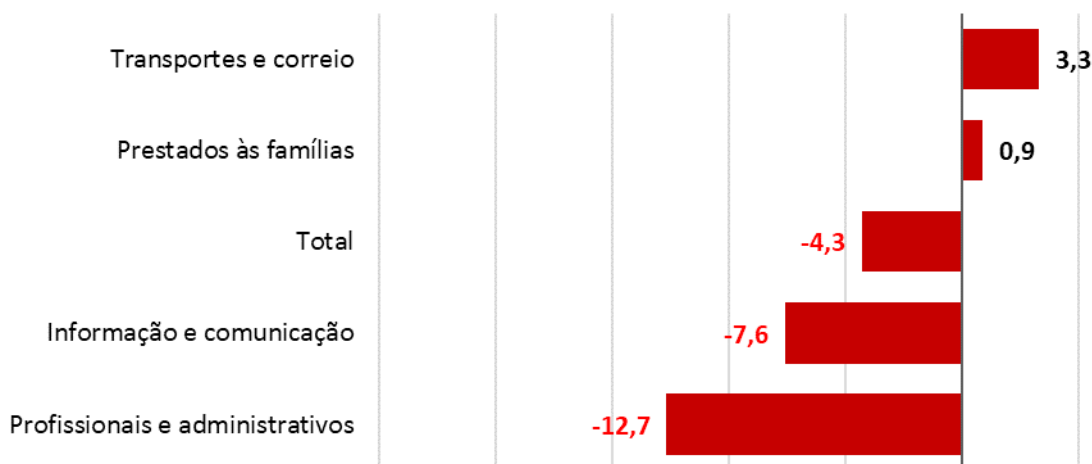


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Em termos globais, os resultados agregados já assinalados são: -0,8% no varejo restrito e 2,6% no ampliado. Destaque-se que sete dos onze segmentos de atividades que compõem o comércio varejista registram variações positivas em 2018, enquanto os demais registram variações negativas. Entre os positivos, os destaques são: veículos, motocicletas, partes e peças (15,1%); móveis (14,0%); e, informática e comunicação, equipamentos e materiais para escritório (11,1%). Entre os negativos: livraria e papelaria (-16,6%); tecidos, vestuários e calçados (-13,8%).

Em relação ao segmento de prestação de serviços (**Gráfico 14**), a retração do resultado acumulado das atividades que compõem esse segmento, em 2018, chegou a -4,3%. Os grupos formados por 'serviços prestados às famílias' e 'transportes e correio' revelam desempenho positivo: respectivamente 0,9% e 3,3%. Para os outros dois agrupamentos, as variações no volume de vendas são negativas: 'informação e comunicação' (-7,6%); e, 'profissionais e administrativos' (-12,7%). Trata-se de um quadro que permanece revelando desempenho global negativo, embora dois grupos – entre os quatro – registrem resultados positivos. Portanto resultados semelhantes aos assinalados no Boletim anterior.

Gráfico 14 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de Serviços por Atividade, em % - janeiro-abril/2018 (base: janeiro-abril/2017)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

4. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

Em registros feitos nas duas edições imediatamente anteriores do Boletim Fecomércio foi mencionado que em 2017, particularmente à medida que se caminhava para o encerramento do ano, consolidavam-se expectativas de que a economia brasileira estava a caminho de uma recuperação, embora reconhecidamente lenta. Até mesmo o modesto crescimento do PIB – esperado e confirmado – de 1,0% chegava a ser algo celebrado. Ademais, baixa inflação, declinante taxa básica de juros até o estacionamento no patamar de 6,5% e perspectivas de alguma recuperação do investimento vieram a ser traços animadores, depois de 12 trimestres de severa recessão.

Mas os ventos foram mudando. O dinâmico e acidentado campo da realidade político-eleitoral, inclusive a crescente fragilidade da capacidade de articulação e de governança do poder central, e o movimento ascendente da taxa básica de juros nos Estados Unidos – conduzindo à elevação do dólar – afetaram as voláteis expectativas dos agentes econômicos. Nesse contexto, o crescimento do primeiro PIB trimestral de 2018, de apenas 1,2% (inferior aos dois últimos trimestres de 2017, respectivamente 1,4% e 2,1%) foi mais uma frustração no ânimo de recuperação da economia. A projeção de um crescimento do PIB próximo de 3,0%, em 2018, foi substituída por algo abaixo de 2,0%. Ocorre que revisões para baixo de estimativas de crescimento retroalimentam expectativas negativas, conduzindo até mesmo à redução de metas de investimento, em diversos setores da economia.

Ocorre que, a partir de 21 de maio do corrente ano, um novo fator adverso passou a compor o cenário de mudança de expectativas: a greve do sistema de transporte rodoviário de cargas, com duração de 10 dias, mostrou a importância do erro histórico de privilegiar o modal rodoviário

na matriz de transportes brasileira. O estopim desse novo componente crítico foi um erro de calibragem da política de preços da Petrobras, que – via majorações quase diárias – elevou fortemente e em poucos meses os preços de combustíveis, inclusive óleo diesel, consequentemente, impulsionando para cima o preço do frete rodoviário. Trata-se de uma política que retira previsibilidade de setor produtivo, que já enfrentava problema de supercapacidade produtiva com demanda enfraquecida pela recente recessão, acompanhada de claudicante recuperação da demanda agregada, como já registrado em edições recentes do Boletim conjuntural do Instituto Fecomércio. O acatamento de demanda que encerrou a greve, ou seja, o tabelamento do frete, virou problema que já está judicializado.

Infelizmente, o problema cambial gerado a partir da primeira elevação da taxa básica de juros americana, na segunda metade de março deste ano – com perspectiva de aumento gradual – constitui novo fator adverso para o Brasil, levando o presidente do Banco Central a afirmar, conforme edição de 08 de junho do jornal Valor Econômico, que “o cenário internacional se tornou menos benigno, mais desafiador e mais volátil”. E isso antes da segunda elevação da “Selic” americana, em 13 do mesmo mês, para o intervalo de 1,75%-2,0% (antes, de 1,5%-1,75%). O real passou a ocupar o lugar de moeda mais desvalorizada, entre os países mais afetados, e a taxa de câmbio brasileira vem se situando em patamar acima de R\$ 3,70 – depois de picos no entorno de R\$ 3,80-R\$ 3,90. Isso a despeito das intervenções do Banco Central no mercado cambial.

Em tal contexto, recentes notícias de adiamento de planos de investimento e de aumento da capacidade ociosa, em diversos setores da indústria, são reflexos desanimadores desse variado espectro de fatores adversos.

No entanto o mercado de trabalho continua – mesmo lentamente – mostrando que há segmentos da economia insistindo na recuperação, anúncio de que a busca por saída de tão prolongada crise (2014, marco inicial, já está ficando bem distante) continua: o mais recente informe do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho aponta para mais de 380 mil novos postos de trabalho formais no período janeiro-maio deste ano. Não é muito, mas é algo alentador.

Vale ser enfatizado, – como vem sendo feito em edições recentes da série Boletim Fecomércio – o justo reconhecimento de que a economia brasileira ainda apresenta bons fundamentos para recuperação: Selic em patamar histórico, recorde, de 6,5%; taxa de inflação estável e inferior a 3,0% ao ano (2,76% nos 12 meses, conforme a mais recente informação do IBGE); Há ainda segmentos da economia que estão crescendo, um traço disso sendo a permanência de criação de novos postos de trabalho no setor formal. Além disso, as reservas brasileiras – acima de US\$ 380 bilhões – constituem colchão amortecedor de impactos de fatores adversos advindos do cenário externo. Pode-se também mencionar o elemento positivo resultante da valorização do dólar: fortalecimento do setor exportador, o que contribui para elevar ainda mais as reservas. Claro que não se pode afirmar que na área externa o panorama atual seja de tranquilidade. Um agravamento do quadro internacional pode afetar negativamente países com maior debilidade econômica. Aumento do custo de captação de poupança externa, maior aversão a riscos – e, portanto, redução do fluxo de entrada de capitais externos em países mais frágeis –, além de possibilidade de depreciação de preços de commodities agrícolas e minerais,

com redução de fluxos na corrente do comércio internacional, significam riscos potenciais a que estão expostos países como o Brasil.

No flanco interno, ainda permeado por desafios e fragilidades, os déficits, primário e nominal, do setor público é marco central, a exigir reformas estruturais (principalmente a previdenciária e a tributária) – que venham a tornar mais saudável o ambiente de negócios e aumentar a produtividade da economia. Como se sabe, perspectivas promissoras nessa área dependem da travessia eleitoral que se aproxima e de concertação política para que se trilhe o caminho mais adequado para a saída definitiva desta prolongada crise.

A propósito disso, convém insistir no que se vem enfatizando em diversos momentos. Enfrentar adequadamente os óbices à criação de ambiente favorável ao crescimento sustentado da economia implica encontrar o caminho que passa por reforço de competitividade, com foco em redução do chamado custo Brasil; eliminação de déficits de infraestrutura; mudança do sistema tributário, inclusive eliminando-se seu caráter regressivo; redução de elevados custos de transação associados a procedimentos burocráticos e à má governança.

No longo prazo, enfrentamento efetivo do atraso educacional – essencial, não só em termos de justiça social cidadã, mas também um imperativo para aumentar a produtividade, e consequentemente, a e competitividade da economia.

No curto prazo falta adequada concertação social e política.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal do Comércio**. Abril/2018.

Pesquisa Mensal dos Serviços. Abril/2018.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Abril/2018.

Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Maio/2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Abril/2018

EXPEDIENTE - FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Josias Silva de Albuquerque
Diretora-executiva do Instituto Fecomércio: Brena Castelo Branco
Economista: Rafael Ramos
Designer: Nilo Monteiro
Revisão de Texto: Glauce Dias

EXPEDIENTE - CEPLAN MULTI

Osmil Galindo | Economista
Ademilson Saraiva | Economista
Roberto Alves | Estatístico
Jorge Jatobá | Economista
Tania Bacelar | Economista

Sede provisória Rua do Sossego, 264, Boa Vista,
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-080
Tel.: (81) 3231-5393 (PABX)

Anexo: Rua Bispo Cardoso Ayres, 147, Sala 105,
Santo Amaro (esquina com a Rua do Príncipe)
Recife, Pernambuco, Brasil, CEP 50.050-135
Tel.: (81) 3423-8423 | 3423-7440 (PABX)

